

O CONFLITO NA UCRÂNIA E A GUERRA HEGEMÔNICA DE NOSSO TEMPO

Cláudio Gontijo*

RESUMO

Este artigo discute as causas e consequências da intervenção de Moscou no conflito na Ucrânia, inserida no contexto da guerra hegemônica de nossos dias, cujo início se deu com a reintegração da Crimeia à Rússia. Após arrazoar, ainda que sumariamente, sobre a “teoria” da guerra hegemônica e descrever o conflito na Ucrânia desde os seus primórdios, discute a mudança do balanço do poder no âmbito global, que está na raiz da guerra hegemônica em curso. Além disso, debate a intervenção russa na guerra civil ucraniana, assim como a subsequente “Guerra Total” lançada pelos países ocidentais e suas possíveis consequências econômicas e geopolíticas.

Palavras-Chave: Guerra na Ucrânia; guerra hegemônica; declínio da hegemonia americana; a “nova guerra fria”.

ABSTRACT

This article discusses the causes and consequences of Moscow's intervention in the conflict in Ukraine, set in the context of today's hegemonic war, which began with the reintegration of Crimea to Russia. After reasoning, albeit briefly, about the "theory" of hegemonic war and describing the conflict in Ukraine from its beginnings, it discusses the changing balance of power in the global arena, which is at the root of the ongoing hegemonic war. Furthermore, it discusses the Russian intervention in the Ukrainian civil war, as well as the subsequent "Total War" launched by Western countries and its possible economic and geopolitical consequences

Keywords: War in Ukraine; hegemonic warfare; decline of American hegemony; the "new cold war".

Área: Relações Econômicas Internacionais

* Professor aposentado da FACE/UFMG e professor adjunto do DCECO/UFES

O CONFLITO NA UCRÂNIA E A GUERRA HEGEMÔNICA DE NOSSO TEMPO

1. Introdução

A escalada da guerra civil na Ucrânia e o subsequente enfrentamento entre o Bloco do Poder global, centralizado em Washington, e a Rússia, parecem constituir, sem dúvida alguma, um divisor de águas na história contemporânea, colocando em cheque o mundo unipolar que emergiu com o desmantelamento da toda poderosa União Soviética por Boris Yeltsin.

Este artigo argumenta que a indevidamente denominada Guerra da Ucrânia, cujos desdobramentos são imprevisíveis, dada a insensatez das lideranças ocidentais, representa mais uma etapa da uma nova **guerra hegemônica**, cujo início remonta à reintegração da Crimeia à Federação Russa em 18 de março de 2014.

Descrevendo a gênese do conflito, no contexto dessa guerra hegemônica, discute a origem e os fundamentos dessa última, assim como os possíveis desdobramentos do confronto em curso. Neste desiderato, o artigo desdobra-se em 6 seções, afora esta Introdução. Na seção 2, discute-se, ainda que sumariamente, a “teoria” da guerra hegemônica e descreve-se o início da em curso em curso. A guerra civil ucraniana é objeto da seção 3, enquanto a mudança do balanço do poder no âmbito global – base última dessa guerra hegemônica –, é discutida na seção 4. A questão da intervenção russa na Guerra Civil é debatida na seção seguinte, enquanto a subsequente “Guerra Total” contra a Rússia e seus desdobramentos é objeto da seção 6. A última seção apresenta as conclusões e aborda, ainda que de modo sumário, as prováveis consequências do confronto entre a Otan e a Rússia.

2. A Guerra Hegemônica de Nossos Dias

Segundo o enfoque “realista” das Relações Internacionais, que concebe o cenário internacional como um verdadeiro “jogo de xadrez” em que os *players* são os estados nacionais, em luta permanente para garantir ou reforçar sua posição no mesmo, as guerras hegemônicas seriam

meios pelos quais ocorrem mudanças na liderança, hierarquia e estrutura do sistema internacional. Uma guerra hegemônica é desencadeada por uma mudança na distribuição de poder dentro de um sistema internacional. Essa mudança pode ser resultado de novas condições ou desenvolvimentos políticos, econômicos, sociais ou tecnológicos, ou mesmo de fatores naturais, como desastres naturais que excedem o controle humano. Como resultado dessa mudança, os atores que dominam o sistema internacional e são os principais beneficiários do *status quo* enfrentam um desafio direto dos atores em ascensão, que se

beneficiam da nova redistribuição de poder e querem redefinir a estrutura do sistema em uma forma que reflita o novo equilíbrio de poder e seus interesses. Conseqüentemente, as guerras hegemônicas são guerras sistêmicas onde o que está em jogo é a liderança e a estrutura do sistema internacional, bem como o conjunto de princípios, valores e regras que devem dominar em uma nova ordem internacional emergente. As guerras hegemônicas são, então, tanto o veículo histórico pelo qual a mudança dentro de um sistema internacional ocorre, quanto o principal determinante para a direção dessa mudança e a natureza da nova ordem internacional (ANTONIADES, 2011, p. 312).

Em muitos textos, o conceito de guerra hegemônica deriva da ideia de **hegemonia** no âmbito das relações internacionais, utilizado pela primeira vez por Kingleberger (1973, p. 11 e 289), o qual reflete o pensamento de Gramsci sobre o assunto, que envolve não apenas o poder coercitivo, mas também o consentimento das massas e o *soft power*, para usar a acepção de Nye Jr (2004). De acordo com Smith ((2012, p. 6-7), a abordagem de Kingleberger “descansa (...) sobre a noção de um único estado líder – que poderia ser chamado hoje como um unipolo –, mas um que tinha um senso claro da importância de manter o sistema econômico internacional como um todo e, então, estaria preparado a atuar a partir dessa base”. Para outros autores, como Rapkin (1990), hegemonia significa **dominância**, com ênfase na “suposta invariância básica do sistema dentro do qual o poder de um estado aumenta e diminui” no decorrer do tempo (ARRIGHI, 1994, p. 28). Complementando a conceptualização gramsciana, Arrighi (idem, p 29) entende a hegemonia, em oposição à dominação, “como o poder adicional que um grupo dominante acumula em virtude de sua capacidade de colocar em um plano ‘universal’ todas as questões em torno das quais o conflito [entre as nações] se desenrola”. Nesta perspectiva, o sistema mundial moderno teria sido “formado e se expandiu com base em reestruturações fundamentais recorrentes lideradas e governadas por sucessivos estados hegemônicos” (ibidem, p. 31-2).

Ainda segundo Arrighi (1994, p. 44-5), a Holanda teria sido o primeiro *hegemon*, de modo que a “nova ordem anárquica” resultante da Guerra dos Trinta Anos (sem caráter hegemônico), assinalaria “o nascimento não apenas do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial”. Por conseguinte, as primeiras guerras hegemônicas a marcar a história no período capitalista teriam sido as Guerras Anglo-Holandesas (4 guerras entre 1652 e 1784), que não desembocaram em nenhuma hegemonia, que teve de esperar as Guerras Napoleônicas (1803 – 1815), das quais emergiu o Reino Unido como *hegemon*. Também as duas Guerras Mundiais do século XX, das quais surgiu o mundo bipolar do pós-Guerra, teriam caráter hegemônico. Por outro lado, muitos argumentam a Guerra Fria também teria tido o mesmo caráter, resultando na derrocada da URSS e na emergência do mundo unipolar, sob a efetiva hegemonia norte americana.

Embora não haja espaço aqui para discutir os conceitos de hegemonia e guerra hegemônica, registre-se que o *approach* realista, ao contrário da abordagem de Arrigui, parece demasiado pobre, por desconsiderar que as classes sociais em luta representam os verdadeiros atores, tanto no cenário nacional quanto internacional, na medida em que a atuação dos estados nesses cenários é moldada essencialmente pelos interesses e poder dessas classes no contexto da correlação de forças sociais prevalecente. Tampouco falta ao enfoque realista a compreensão de que, se a superioridade militar descansa sobre a da indústria, não há país poderoso sem uma força de trabalho disciplinada e, como ficou claro durante a Primeira Guerra Mundial, disposta a sustentar sua política em âmbito interno e externo.

Feitas essas ressalvas, pode-se conceber a Guerra da Ucrânia como um novo momento da Guerra Hegemônica em curso – a denominada “Nova Guerra Fria”² –, que, tendo sido “desencadeada por uma mudança na distribuição de poder dentro de um sistema internacional”, está promovendo profundas “mudanças na liderança, hierarquia e estrutura do sistema internacional”. Esta Guerra teve início com a reintegração da Crimeia à Federação Russa em 18 de março de 2014, dia da assinatura do protocolo de adesão da República Autônoma da Crimeia e do Conselho de Sebastopol – sede da Frota Russa do Mar Negro – à Federação Russa, na esteira de um referendo sobre o seu estatuto político realizado no dia 16 de março, em que 97,5% dos votantes decidiram pelo retorno ao seu antigo aprisco –, revertendo a decisão de Nikita Khrushchev de 1954 de transferir o Oblast (Província) da Crimeia à República Socialista Soviética da Ucrânia.

A decisão de realizar o referendo foi uma consequência da “Revolução de Maidan” (*Euromaidan*), denominada por muitos como “Revolução da Dignidade”, que, tendo início com protestos pacíficos contra a decisão de 21 de novembro de 2013 do presidente eleito, Viktor Yanukovytsch, de suspender, devido a dificuldades financeiras, as negociações para ingresso na União Europeia (EU), descambou para sangrento *coup d'etat*, um *regime change* patrocinado por Washington, como muito bem descreve Moniz Bandeira (2017, p. 190-196).³ Na mesma noite de 21 para 22 de fevereiro de 2014 em que o presidente Yanukovich fugiu para a Rússia, as forças desse país posicionadas na base de Sebastopol, arrendada à Ucrânia, bloqueassem a entrada de “ativistas” na Península, permitindo que a realização do plebiscito.

A iniciativa de Putin surpreendeu a todos, tornando claro o significado real das suas críticas à nova ordem mundial quando de seu discurso na Conferência de Segurança de Munique no dia 10 de fevereiro de 2007 (<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>, acesso em 07/05/22), em que apontou o domínio monopolista dos EUA no âmbito das relações globais e denunciou o seu “hiperuso quase incontido da força nas relações internacionais”. Como consequência desse uso

² Para vários autores, como Moniz Bandeira (2013), o início da “Nova Guerra Fria” teria ocorrido com o suposto “colapso” da URSS.

³ Registre-se que, segundo informou a então Secretária Assistente de Estado, Victoria Nuland, em palestra na Fundação US-Ucrânia em 13 de dezembro de 2013 (MEARSHEIMER, 20018, p. 274), os EUA haviam investido desde 1991 US\$ 5 bilhões na promoção da “democracia” no país.

incontido, ninguém se sentia seguro, “[p]orque ninguém pode sentir que o direito internacional é como um muro de pedra que os protegerá”. De mais a mais, cobrou a promessa feita pelos líderes ocidentais a Gorbachev e a Yeltsin de que não haveria expansão da OTAN para Leste, perguntando onde estariam as garantias à segurança da Rússia diante dessa, instituída, diga-se de passagem, para conter a suposta ameaça comunista, que deixara de existir.

Se a reintegração da Crimeia à Rússia chocou a OTAN, acabando com suas pretensões de se apossar da base de Sebastopol, Putin ainda reservara outra desagradável surpresa para o Bloco do Poder. No dia 30 de setembro de 2015, atendendo a pedido do governo da Síria, a Rússia interviu no conflito que devastava o país, dando um show de força militar, com massivo bombardeio dos *ihadistas* com mísseis *kalibr* lançados de corvetas do Mar Cáspio, submarinos e outras belonaves do Mediterrâneo, bombas de queda livre e teleguiadas e misses disparados por aviões da base de Khmeimim, assim como por bombardeiros estratégicos Tupolev Tu-85, Tu-122M *Backfire* e Tu-160 *Blackjack* que decolaram da Rússia. Ato seguido, helicópteros Mi-24 *Hind* atacaram em voo rasante os combatentes inimigos, prenunciando a chegada de forças especiais vindas de Moscou, que ampliou o fornecimento de equipamento militar para as tropas sírias. A partir de então, o andar do conflito mudou de rumo, com a expulsão dos *ihadistas* do país, exceto das áreas ocupadas por forças norte-americanas ou sob proteção da Turquia.

Visto que “[o]s Estados Unidos e seus aliados da União Europeia não estavam em condições políticas e militares para se opor à iniciativa russa, nem tinham autoridade moral para condenar a reintegração da Crimeia em seu território” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 213), a única opção restante foi impor pesadas sanções ao país. Além do congelamento de ativos financeiros, a UE proibiu a importação de vários produtos da Rússia e os EUA concertaram com a Arábia Saudita a redução do preço do petróleo no mercado internacional, o que efetivamente ocorreu, com o barril caindo, de US\$ 114 em junho de 2014 para US\$ 56 em junho de 2016, em grande parte, diga-se de passagem, como resultado do fim do ciclo especulativo com *commodities* a partir de 2014 (Do AMARAL e GONTIJO, 2016, p. 26-7). A conjugação das sanções com a queda do preço do petróleo levou as agência classificadoras de risco rebaixar o *rating* da Rússia, num contexto de fuga de capitais, redução das emissões de títulos do governo e do valor em bolsa das empresas russas.

Apesar disto, o PIB do país caiu menos de 2% em 2014, tendo voltado a crescer a partir de 2017 (média de 2,2% ao ano). Ressalte-se, por outro lado, que este modesto desempenho econômico também resultou tanto da política monetária restritiva como da obtenção de superávits fiscais (média de 2,4% do PIB no período 2014-2017), destinados, cumpre dizer, a reduzir a vulnerabilidade do país através da diminuição da sua dívida pública. Por outro lado, a conta de transações correntes do país ampliou seu superávit no biênio 2014-2015, permitindo que a Rússia continuasse a incrementar as suas reservas internacionais, principalmente em ouro. Saliente-se adicionalmente que o país impôs contra sanções, que afetaram as suas importações, particularmente

da UE, que recuaram sensivelmente, contribuindo, na verdade, para esses grandes superávits da balança de transações correntes e o florescimento da produção interna. Destarte, ao fim e ao cabo, as sanções trouxeram grandes benefícios – completamente inesperados pelos líderes ocidentais –, induzindo a Rússia a implementar vigoroso processo de substituição de importações, principalmente no ramo da indústria de transformação, inclusive nos setores de alta tecnologia e equipamento bélico, com a ampliação e modernização do complexo militar industrial.

Por outro lado, as perdas decorrentes das contra sanções da Rússia sobre os produtos alimentares exportados pelos principais países da EU foram expressivas, tendo alcançado cerca de US\$ 6,8 bilhões considerando-se apenas os 10 principais países exportadores, o que provocou, como então noticiado, uma onda de protestos dos produtores agropecuários e demais homens de negócios associados ao *agrobusiness* (<https://www.statista.com/chart/2572/sanctioned-food-exports-to-russia/>; acesso em 20/08/2014).

Não obstante, o maior estrago causado à Rússia não veio das sanções, mas da demonização de Putin e do país, a exemplo do que ocorrera durante a Guerra Fria. Utilizando como instrumento o princípio, enunciado pelo ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, de que uma mentira dita mil vezes se transforma em uma verdade, “a grande mídia internacional, de propriedade de ‘grandes empresas, grandes consórcios americanos’ e por razões comerciais obrigadas a ‘capturar a atenção de parte de sua audiência’, intensificou sua campanha de desinformação contra o presidente Putin, demonizando-o como o novo Stalin ou Hitler” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 250) – um ativo que seria utilizado sistematicamente na guerra hegemônica em curso.

3. A Guerra Civil na Ucrânia

A integração da Criméia à Rússia instigou as populações dos *oblasts* de Donetsk e Lugansk a tentarem o mesmo, atizadas não apenas pelo próprio *coup d'etat*, durante o qual se tornou clara a participação dos neonazistas conectados ao Partido Svoboda (herdeiro do Partido Social-Nacional da Ucrânia), ao Partido Setor da Direita (ex Partido da Assembleia Nacional Ucrâniana) e a outros grupos como o Martelo Branco, todos seguidores de Stepan Bandera e Dmytro Dontsov (BYSHOK e KOCHETKOV, 2014), que passaram a modelar o novo governo ucraniano a partir de então.

Bandera foi um dos líderes da Organização dos Nacionalistas Ucrânianos (OUN), a qual se tornou “mais radical e mais ‘eficaz’ depois que Bandera assumiu a liderança” (ROSSOLIŃSKI-LIEBE, 2014, p. 89). Sob seu comando, “o número e as dimensões das campanhas de propaganda em massa cresceram e o número de atos terroristas aumentou”, inclusive com assassinatos de outros membros da OUN, considerados “traidores” ou “informantes” (idem, p. 89-90). Assim como outros jovens nacionalistas ucranianos no leste da Galícia, Bandera foi largamente influenciado por Karel Berkhoff Dmytro Dontsov e os ideólogos da OUN, como Ievhen Onatskyi, que, adotando a visão

hitleriana de líder (*fuher*), partido e massas, inspiraram esses jovens a “admirar Mussolini e Hitler e a odiar o comunismo, o marxismo, os judeus e a democracia” (ibidem, p. 95). Isto sem falar na limpeza étnica de poloneses, judeus e mesmo russos, proposta por Mykhailo Kolodzinski (MADAJCZYK *et alii*, 2017, p. 48-9) e que foi efetivamente colocada em prática a partir de fins de 1942 por seguidores de Bandera, através da “Operação Anti Poloneses”, a qual se desdobrou em uma série de massacres de judeus e polacos, com a morte de 100 mil pessoas e a fuga de 300 mil a 400 mil das regiões sujeitas à “limpeza” (idem, p. 50-3).

Quanto à “questão russa”, Stepan Bandera esclareceu que a posição da OUN era “baseada no fato de que uma luta por um estado ucraniano independente é uma luta contra a Rússia, não apenas contra o bolchevismo, mas contra todo imperialismo russo expansionista que tem sido típico do povo russo, [que] [f]ará de tudo para manter a Ucrânia escravizada” (BYSHOK e KOCHETKOV, 2014, p. 39). “Em suma, tanto os teóricos (Dontsov) quanto os praticantes (Bandera) do nacionalismo ucraniano admitem abertamente que é o próprio povo russo, independentemente de sua ideologia, que é o principal inimigo da Ucrânia e do povo ucraniano” (idem, p. 40). Aliás, com a invasão da URSS pela Alemanha, muitos seguidores de Bandera, não obstante o mesmo ter sido preso pelos nazistas, em razão de seu desejo de instituir um estado ucraniano independente, ainda que aliado do *Reich*, apoiaram e mesmo se uniram à polícia ucraniana auxiliar (*Ukrainische Hilfspolizei*), que participou do assassinio de comunistas e judeus (FINDER e PRUSIN, 2006), além de divulgarem propaganda alemã, “arianizarem” propriedades judaicas e se unirem à divisão Waffen-SS Galizia, além de participarem “de várias maneiras no genocídio dos judeus e estabeleceram a UPA [– Exército Insurgente Ucraniano –], que massacraram os poloneses” (ROSSOLÍNSKI-LIEBE, 2015, p. 8). Depois de ser libertado em setembro de 1944, “Bandera, juntamente com outros líderes políticos ucranianos [...] concordaram em ajudar os alemães a mobilizar os ucranianos para a luta contra a União Soviética” (idem, p. 9). Mesmo após o término da Guerra, os *banderistas* continuaram “matando ucranianos ‘infiéis’ que cooperaram com as novas autoridades ou que foram acusados de tal cooperação [...]. No início da década de 1950, os nacionalistas haviam matado cerca de 20.000 civis e 10.000 combatentes soviéticos” (ibidem, p. 41).

Na sequência de protestos em massa contra o governo interino em Kiev, abertamente controlado por *banderistas*, milhares de habitantes de Donetsk proclamaram a República Popular de Donetsk (RPD) no dia em 7 de abril, tendo o referendo sobre os destinos da província ocorrido em 11 de maio. No caso da República Popular de Lugansk (RPL), a mesma foi proclamada a 27 de abril de 2014, tendo o referendo ocorrido no dia 12 do mês seguinte (BEDRITSKIY, KOCHETKOV e BYSHOK, 2015, p. 131-210). Ato seguido, ambas as Repúblicas expressaram o seu desejo de aderir à Federação Russa, tendo assinado um acordo entre si propondo a instituição da *Novorossiia*, o qual foi suspenso no ano seguinte de modo a viabilizar os acordos de Minsk.

Como era de se esperar, Kiev reagiu enviando tropas para suprimir o levante.

As tropas do Exército Ucrâniano – a Guarda Nacional – incluindo as milícias paramilitares da Direita sob o comando do neonazista Dmitry Yarosh, militante da organização paramilitar *Tryzub*, que reunia todas as Organizações Ucrânianas Stepan Bandera (em homenagem ao conhecido colaborador nazista), foram enviados para as províncias do Donbass. Eles se juntaram a membros do Serviço de Segurança da Ucrânia (*Sluzhba Bezpeky Ukrainy—SBU*), mercenários estrangeiros (poloneses, croatas, georgianos, e de nacionalidades chechenas), islâmicos de vários outros e 300 mercenários do oeste da Ucrânia retornando da Síria, onde haviam lutado contra o regime de Bashar al-Assad (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 229).

Todavia, Marte não sorriu para as tropas lançadas para sufocar o levante, desmotivadas, aliás, pela “Revolução da Dignidade”, nem muito menos para as milícias neonazistas, que, não obstante, se mostraram eficientes em chacinar civis indefesos. As milícias da *Novorossiia* puderam contar com o discreto apoio de Moscou, que enviou de 6.000 a 6.500 homens, inclusive instrutores e oficiais, e de voluntários provenientes de vários países do mundo. Na realidade, quando se iniciou a ofensiva ucraniana, “[m]ilhares de soldados da Guarda Nacional (mais de 17.000) e parte das forças policiais, desmoralizados pela falta de treinamento e diante da ira dos habitantes, haviam desertado para os rebeldes com todas as suas armas e outros equipamentos militares” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 229). Tudo isto, contudo, não evitou que as improvisadas e reduzidas forças rebeldes cedessem terreno diante da ofensiva das tropas ucranianas e mercenárias, que apoiadas pela aviação, que também bombardeou cidades e indústrias dos *oblasts* separatistas, conseguiram reduzir consideravelmente a área sob controle dos mesmos. Surpreendentemente, contudo, num momento em que tudo parecia perdido devido à recusa de Putin de intervir diretamente, as forças revolucionárias contra-atacaram, e, em uma série de batalhas, das quais as mais famosas foram as de Ilovaisk e Debaltseve,⁴ derrotaram fragorosamente as tropas de Kiev.

Diante da desmoralização e da ineficácia de suas forças militares, o novo presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko, aceitou assinar, juntamente com as lideranças da Rússia, RPD e RPL, o Protocolo de Minsk, sob os auspícios da Alemanha, França e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Segundo os termos do acordo, os combates cessariam imediatamente, as armas pesadas seriam retiradas da linha de contato entre as forças inimigas, que estariam separadas por 30 km de “terra de ninguém”, Kiev negociaria diretamente com as repúblicas separatistas, que aceitaram se reunir a uma Ucrânia federada, mas dispendo de grande autonomia (BEDRITSKIY, KOCHETKOV e BYSHOK, 2015, p 64-130). Os acordos de Minsk se

⁴ Segundo Moniz Bamdeira (2017, p. 252) “[d]e três mil a 3.500 dos 5.000-8.000 combatentes da Guarda Nacional, incluindo mercenários, pereceram em Debaltseve”.

tornaram lei internacional com a aprovação dos seus termos através da Resolução 2202 do Conselho de Segurança da ONU de 12 de fevereiro de 2015.

É claro que, dada a preponderância dos neonazistas no governo na Ucrânia e as pressões de Washington sobre Berlin e Paris, os Acordos de Minsk nunca foram cumpridos. Pior do que isto, os governos dos EUA e de vários países da UE, particularmente a Polônia, passaram a fornecer gratuitamente equipamento bélico à Ucrânia e a financiar a contratação de mercenários, enquanto militares da OTAN treinavam as suas forças armadas, inclusive os batalhões Aidar e Azov, abertamente fascistas.⁵ Paralelamente, os políticos e a grande imprensa corporativa fechavam descaradamente os olhos para os crimes de guerra e a atuação dos esquadrões de morte na Ucrânia, o amordaçamento da imprensa, a proibição do principal partido político do país e a prisão dos líderes opositoristas por Kiev, que manteve inalterada sua política discriminatória particularmente em relação aos residentes de língua russa, romena e de outras nacionalidades. Forjaram-se, simultaneamente, vários mitos a respeito da suposta “democracia ucraniana” que ainda dominam a opinião pública mundo afora, inclusive no Brasil.

4. A Mudança do Balanço do Poder no Âmbito Mundial

Certamente que a vitória de Trump nas eleições de 2016 nos EUA trouxe certo alívio para Moscou, não apenas porque a candidata do partido Democrata – Hilary Clinton – dera claros sinais durante a campanha eleitoral de sua disposição de enfrentar militarmente a Rússia na Síria, a qual estaria sujeita, caso fosse eleita, a uma *no flying zone*, ao estilo do que ocorrera com a Líbia de Gaddafi, mas em razão de ter a vitória de Trump afastado notórios *warmongers* do governo.

Por outro lado, Trump avaliou corretamente que o grande “inimigo” dos EUA não era a Rússia, mas a China, que já assumira, cumpre dizer, a posição de primeira potência econômica mundial, o que não se tornara de domínio público devido à negativa da mídia em considerar os efeitos da valorização da moeda norte americana em relação ao Yuan renmimbi – a moeda chinesa – sobre o PIB em dólares.

A Tabela 1 retrata o declínio econômico dos Estados Unidos e seus principais, face ao fortalecimento dos “países em desenvolvimento”, particularmente da China, cuja participação no PIB global, em termos de Paridade do Poder de Compra (PPP), que retira os efeitos da taxa de câmbio sobre a mesma, ultrapassou a dos EUA em 1914, alcançando 17,3% em 2019, contra 15,8% dos EUA. Isto sem considerar que a participação dos setores não produtivos no PIB no PIB, tais como intermediação financeira, arrendamento de imóveis e comércio (SHAIKH e TONAK, 1994)

⁵ “O Batalhão Azov, formado pelos neonazistas dos Patriotas da Ucrânia, estava sob o comando do neonazista Sandriy Biletsky, um dos fundadores do Setor da Direita e líderes das manifestações na Praça Maidan, o braço militar da Assembleia Nacional da Ucrânia, uma organização racista e neonazista” (MONIZ BANDEIRA, 2017, P. 246).

Tabela 1
Taxa de Crescimento do PIB e Participação no PIB Mundial (em PPP)

(Em %)						
Países	Taxas de Crescimento do PIB			Participação no PIB mundial em PPP		
	1980-1995	1996-2019	1980-2019	1980	1996	2019
Grupo do G-7	1,6	2,1	2,4	50,5	44,5	31,6
Estados Unidos	3,3	2,5	2,7	21,3	19,8	15,8
Japão	3,4	0,8	1,8	8,0	7,8	4,1
Alemanha	2,0	1,4	1,6	6,4	5,1	3,5
Reino Unido	2,6	2,1	2,2	3,7	3,1	2,4
França	2,0	1,6	1,8	4,3	3,4	2,4
União Europeia	1,4	1,8	1,9	25,9	20,8	15,4
Países em Desenvolvimento	1,7	5,3	4,5	37,3	42,7	57,0
China	11,1	8,9	9,5	2,3	6,1	17,3
Índia	5,8	6,9	6,3	2,8	3,7	7,1
América Latina e Caribe	1,5	2,6	2,5	12,0	9,5	7,6
Economia Mundial	1,6	3,7	3,4	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados originais do FMI, *World Economic Outlook Database*, Out. 2021

nos países do Grupo dos 7 e da União Europeia é significativamente maior do que nos “países em desenvolvimento”, particularmente na China. A forte desaceleração do crescimento econômico dos países do Bloco do Poder observada a partir do período da globalização se deve ao caráter financeiro da mesma. Nos países deste grupo, sob a liderança dos EUA, teria ocorrido o que mesmo fenômeno que, segundo Lênin (1917, p. 112), sujeitara as principais potências a partir de fins do século XIX e que as conduziu à Guerra de 1914-1918:

o incremento extraordinário da classe, ou melhor, do setor rentista, isto é, dos indivíduos que vivem do "corte do cupom", que não participam em nada em nenhuma empresa e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capital - uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo - acentua todavia ainda mais este divórcio completo entre o setor rentista e a produção, imprime um selo de parasitismo a todo o país, que vive da exploração de uns quantos países.

O resultado inevitável dessa financeirização da riqueza nos países capitalistas avançados não poderia ser outra, portanto, que a desindustrialização e, assim, a perda das bases econômicas que sustentaram a hegemonia norte-americana durante décadas. Conforme salienta Gontijo (2019), já em 2015 o valor adicionado (PIB a custo dos fatores) pela indústria da China representava 25,6% do total do globo, mais, portanto do que a do conjunto dos países do G-7, que detinham 24,9%, correspondendo a 217% do valor adicionado pelo setor industrial norte-americano. Em outras palavras, a China “comunista” já se havia tornado na “oficina do Mundo”, sendo de se esperar que,

como muito bem percebeu o presidente Trump, mais cedo ou mais tarde, também se tornasse no poder hegemônico global...

O pior é que a Rússia, cujo PIB industrial então correspondia a cerca de um terço do valor adicionado pela indústria norte-americana e cujo poderio se tornou evidente com a intervenção na Síria, estava em processo de franca consolidação de sua aliança estratégica com a China, desequilibrando completamente o balanço do poder no âmbito mundial. Aliás, conforme salientado pelo mesmo autor, esta seria a causa última da guerra hegemônica em curso, em que Washington tenta desesperadamente recuperar o seu *status* de polo único de poder, erodido pela conjugação das medidas neoliberais adotadas por todos os membros dos países do *Collective West*, num momento em que renascia o poderio militar russo das cinzas em que foi deixado por Yeltsin e a economia chinesa crescia aceleradamente.

5. A Intervenção Russa na Guerra Civil da Ucrânia

A eleição de "Joe" Biden Jr. à presidência dos EUA pôs fim ao período de relativa trégua geoestratégica com a Rússia. Com o novo presidente norte-americano, assistiu-se ao retorno dos *warmongers* vinculados ao ex-presidente Obama e a Hilary Clinton, dispostos a retomar as diretrizes do *Defense Planning Guidance*, rascunhado em 1990 pelos *neocons*, que “estabelecia que o objetivo estratégico dos Estados Unidos, como ‘superpotência unilateral permanente’, consistia em ganhar controle de toda a Eurásia (Europa e Ásia) e encontrar os meios ‘para integrar as ‘novas democracias’ do antigo bloco soviético no sistema liderado pelos EUA’” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 19). Aliás,

em 1992, o secretário de Defesa Dick Cheney emitiu um documento no qual confirmava que a principal missão política e militar dos Estados Unidos após a Guerra Fria era impedir o surgimento de qualquer potência rival na Europa, Ásia ou na extinta União Soviética. O objetivo era garantir o status de potência solitária e hegemônica aos Estados Unidos como cabeça e guia de um sistema ultra-imperial de nações ocidentais, atribuindo o monopólio da violência internacional à OTAN como uma espécie de *global cop* (idem).

Em outras palavras, o presidente Biden trataria de restabelecer o mundo unipolar a qualquer custo, revertendo o inequívoco avanço geoestratégico da Rússia observado desde 2014. O problema, contudo, é que Putin aproveitara bem a trégua, tornando a Rússia, como demonstrado sobejamente por Martyanov (2018), na maior superpotência militar do mundo, detentora não apenas do mais poderoso e moderno arsenal nuclear do planeta, mas das mais avançadas armas convencionais em praticamente todos os níveis, destacando-se os moderníssimos aviões *Sukhoi* supermanobráveis, os

submarinos nucleares da classe *Borei* e não nucleares da classe *Varshavyanka (Blackhole)*, mísseis hipersônicos de ataque, o drone nuclear submarino *Poseidon*, portador de ogiva de 100 megatons, os sistemas antiaéreos com capacidade de interceptar aviões e drones *stealth* e convencionais, destruir mísseis balísticos e satélites em órbita, para não falar nos equipamentos de guerra eletrônica, cujos efeitos deletérios já foram experimentados pelos próprios militares norte-americanos. É claro que, *mutatis mutandis*, o poderio russo hoje é incomparavelmente inferior ao da antiga todo poderosa União Soviética, da qual é herdeiro, não dispondo de forças suficientes para realizar grandes operações simultâneas em distintos teatros. Mesmo assim, a superioridade técnica de seus armamentos e a qualidade de seus militares, demonstrada de forma inequívoca desde a Segunda Guerra da Chechênia, torna o Exército russo praticamente imbatível em guerras regionais de horizonte temporal limitado. Também no âmbito aéreo, além de dispor dos mais avançados aviões (supermanobráveis), sua rede escalonada de defesa anti aérea torna inoperante a superioridade numérica da OTAN, enquanto que, no âmbito naval, há muito as forças-tarefas centradas em porta-aviões do EUA tornaram-se anacrônicas, por demasiado vulneráveis aos mísseis russos de longo alcance, inclusive os hipersônicos.

O conhecimento, ainda que imperfeito, dessa nova realidade, que colocou uma guerra aberta contra a Rússia fora do alcance da OTAN, não impediu, contudo, que o governo de Biden descartasse o projeto de utilizar a Ucrânia como uma cunha para desestruturar a superpotência euroasiática, repetindo a experiência da Guerra do Afeganistão, que, segundo Reuveny e Prakas (1999), entre outros, teria conduzido ao colapso (sic) União Soviética. Montou-se, então, uma estratégia que para alinhar definitivamente os países da União Europeia, particularmente a Alemanha, ao projeto de retomada da hegemonia por parte de Washington, encetando simultaneamente um golpe demolidor à Rússia, que certamente a levaria à débâcle.

A estratégia consistiu em, de um lado, manter abertos os canais diplomáticos com respeito a uma solução negociada para o conflito na Ucrânia, ao mesmo tempo em que se reforçava o envio de armas, instrutores e mercenários ao país, num contexto em que Volodymyr Zelensky, seu presidente, não detinha o controle efetivo do mesmo, particularmente das tropas neonazistas, que tinham moto próprio. Isto faria com que, mais dia ou menos dia, as forças vinculadas a Kiev atacassem os rebeldes, o que forçaria Putin a reagir. A Rússia, então, seria acusada de agressora, tendo atacado um “país livre e democrático” (sic), confirmando as repetidas alegações de Washington a respeito das intenções das tropas russas posicionadas na fronteira ucraniana. A “agressão de Putin” criaria, então, as condições para implementar o plano de enfraquecer a superpotência reemergente, delineado no documento da *Rand Corporation, Extending Russia* (DOBBINS *et alii*, 219).

E, de fato, a profecia se autocumpriu, pois, diante da dramática intensificação do bombardeio das posições dos rebeldes pelas tropas ucranianas concentradas na linha de contato a partir de meados de fevereiro, renunciando um ataque maciço, o presidente Putin decidiu intervir.

Evitaria, destarte, o massacre iminente e poria cobro à expansão da OTAN para as fronteiras da Rússia, no cumprimento de sua ameaça de que, caso não de dessem firmas garantias de que a mesma seria encerrada e mesmo revertida, Moscou iria recorrer a “meios técnicos e militares”.

Desnecessário dizer que a travessia do Rubicão não foi ato impensado, mas decisão consagrada na reunião solene do Conselho de Segurança da Federação Russa de 21 de fevereiro, quando os temas nela aventados já tinham sido profunda e demoradamente analisados. De saída, sabia-se que Washington e seus acólitos haviam montado uma armadilha, mas evitá-la iria custar muito à Rússia, com a provável “limpeza étnica” das repúblicas separatistas e a ampliação desmedida da ameaça da OTAN, cujo enfrentamento em futuro não distante requereria o uso de armas nucleares. Além disso, a superioridade do equipamento militar russo não duraria indefinidamente, parecendo imprescindível aproveitar a janela de oportunidade por ela criada e acabar de vez com a dupla ameaça. É claro que os custos seriam elevados, mas a Rússia estava devidamente preparada, ao contrário do que ocorrera em 2014. No dia 15 de fevereiro, a Duma (o parlamento russo) havia autorizado o presidente Putin a reconhecer as repúblicas separatistas em momento adequado, o que efetivamente ocorreu no dia 21 do mesmo mês, tornado possível à Rússia evocar o artigo 51º da Carta das Nações Unidas, que abriga o direito de legítima defesa, para não falar na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (Resolução n. 260 A (III), da Assembleia Geral das ONU).

Tendo, então, recebido o pedido de socorro dos governos de Donetsk e Lugansk, Putin anunciou, em discurso histórico na noite de 23 para 24, o início de “operação especial”, através do envio de força militar à região conflagrada, destinada a desmilitarizar, desnazificar e tornar a Ucrânia um país neutro.

6. “Totaler Krieg” contra a Rússia

Como era de se esperar, a reação do *Collective West* seguiu o disposto no documento da *Rand Corporation*, envolvendo, além do aumento massivo do envio de armas para a Ucrânia: (i) o cancelamento do *Nord Stream 2* – um dos objetivos fundamentais de Washington, que significaria diminuir a dependência da Alemanha do gás russo, aumentando, conseqüentemente, o espaço para o gás de xisto (*shale gas*) norte-americano, de alto custo, e reduzindo as receitas cambiais de Moscou –; (ii) a desconexão do sistema financeiro russo da SWIFT – *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* – através do qual os bancos transmitem as suas ordens de pagamento envolvendo a transferência de recursos entre si, o que dificultaria senão impossibilitaria a Rússia de efetuar e receber pagamentos internacionais; (iii) o congelamento das reservas cambiais nos países ocidentais, estimadas em US\$ 300 bilhões, junto com a desconexão das operações com o Banco Central da Rússia (BCR); (iv) o veto à negociação de títulos públicos russos; (v) o fechamento do

espaço aéreo às aeronaves russas; (vi) a proibição das exportações de produtos de alta tecnologia para o país e a decisão de empresas, como a *Jaguar*, *Land Rover*, *General Motors*, *Volkswagen*, *Skoda*, *Porsche*, *Mazda* e *Honda*, de suspenderem as exportações de seus veículos para o país; (vi) o fim das operações internacionais dos cartões de crédito de emissão dos bancos ocidentais, como Visa, Mastercard e American Express, para cidadãos e empresas russas; (vi) o “congelamento temporário” ou o término das operações de dezenas de corporações estrangeiras, como as petroleiras *British Petroleum*, *ExxonMobil* e *Shell*, empresas de telecomunicações e hardware e software de alta tecnologia, incluindo *Google*, *Apple*, *Microsoft*, *Oracle*, *HP*, *Cisco* e *IBM*, montadoras, como a *Daimler Trucks*, que suspendeu projetos conjuntos com a russa *KamaAZ*, a *BMW*, a *Ford*, a *Hyundai*, a *Stellantis* (anteriormente *PSA Peugeot Citroen*), a *Renault* e a *Mitsubishi Motors*, que anunciaram que suspenderiam as vendas e a produção de carros, e empresas de consumo, como *IKEA*, *H&M*, *Nike* e *Adidas*; e, mais importante do que tudo, (vi) o cancelamento da licença da *Russian Today* (RT) e da *Sputnik*, cuja audiência era crescente, de operar nesses países, tendo a *Google*, o *Facebook* e outras plataformas seguido o exemplo. Os EUA e a Austrália ainda proibiram a importação de petróleo e gás da Rússia, tendo a União Europeia afirmado que substituiria 2/3 da importação de gás até fins deste ano.

Com isso, Biden teria atingido os objetivos estipulados por Barak Obama em 2014, criando uma nova “cortina de ferro”, ao estilo da que foi instituída pelos EUA e a Inglaterra a partir de 1947, que cortou todas as relações econômicas da Europa Ocidental com os países do Leste Europeu, então na “esfera” soviética. Também consolidou-se a visão da Rússia como uma reencarnação do Império do Mal soviético, abrindo-se, de mais a mais, amplo espaço para a ampla difusão de *fake news*, ao melhor estilo do que ocorrera durante a Guerra Fria.

Nem tudo, entretanto, sairia conforme o planejado. Para começar, os países mais afetados por essa hemorragia de sanções parecem ter sido os membros da UE, que, em 2021, importaram mais de 40% do seu consumo total de gás, 27% do petróleo e 46% do carvão da Rússia. Além disso, a Ucrânia era responsável por 52% das suas importações de milho, 23% dos óleos vegetais e 72% do óleo de colza, 25% da carne de aves, enquanto a Rússia, além de fornecedor de energia, era um importante exportador de fertilizantes, óleos vegetais, trigo e cevada para o bloco. O corte das importações da Rússia, particularmente na área de energia, além de inviável no curto prazo e custosa no longo prazo, pode ter pouco ou nenhum efeito negativo sobre esse país, mesmo no curto prazo. No caso do gás, por exemplo, a Rússia concluiu recentemente os gasodutos Força da Sibéria I e Força de Sibéria II, com capacidade de 99 bilhões de metros cúbicos por ano (bmca) (PAUTASSO e JUBRAN, 2019), de forma que as vendas para a China podem cobrir quase 2/3 do destinado ao mercado europeu, que adquiriu 155 bmc em 2021. No caso do petróleo, que representou um terço do valor das exportações russas em 2018, das quais 49% foram destinadas à Europa em 2021, correspondendo a 2 milhões de barris por dia, existem dois oleodutos com

capacidade de 100 milhões de toneladas métricas por ano (MTMa), ou aproximadamente 2 milhões de barris por dia, que transportam o produto russo para a China. O alto preço do petróleo tem permitido, de mais a mais, que a Rússia expanda as suas exportações para a Índia, que atingiram uma média de 658 mil/dia em abril, representando um acréscimo de 1700% em um ano, quer por estar vendendo o produto com desconto, quer porque os custos de transporte do Báltico e do Mar Negro são menores do que os fornecedores concorrentes. Por outro lado, apesar de ter proibido as importações do petróleo russo, que eram de 672.000 barris por dia antes da intervenção russa na Ucrânia, os EUA as aumentaram 43% em março (veja-se <https://www.youtube.com/watch?v=uzG754gwUMY>). Além disso, tem crescido as exportações do produto russo sem destino específico, indicando que estejam sendo mesclado com petróleo de outros países de modo a disfarçar sua origem. De qualquer modo, a Rússia manteve seu nível de exportação de barris de petróleo bruto por mar em cerca de 4,5 milhões de barris por dia de janeiro e abril, apesar de que, nesse mês, terem elas alcançado 160 milhões de barris, contra 130 milhões de barris em abril do ano passado. Já número médio de navios de carga que deixaram a Rússia com petróleo bruto entre 24 de fevereiro e 18 de abril foi de 380 navios contra 257 no mesmo período do ano passado (<https://www.youtube.com/watch?v=D0oKpoRhWOA>). Além disso, devido à elevação dos preços do gás e do petróleo, o valor das exportações desses produtos pela Rússia aumentou significativamente nos quatro primeiros meses deste ano em relação ao ano anterior, permitindo arrecadar 50% das receitas fiscais correspondentes estimadas para este ano por parte do Tesouro russo (<https://www.youtube.com/watch?v=emppNqsyXsI>). No caso do carvão russo, que corresponde apenas a menos de 4,2% das exportações do país, o seu embargo pela UE no dia 8 de abril tampouco parece ter afetado o valor das vendas externas da Rússia, em parte pela consequente elevação do preço do produto, em parte pelo aumento das compras da Índia e da China. Na verdade, o comércio mútuo entre a Rússia e a China cresceu 25,9% nos primeiros quatro meses deste ano, tendo as exportações da Rússia para a China aumentado 37,8%, atingindo US\$ 30,85 bilhões (<https://www.rt.com/business/555180-china-russia-trade-surge/>).

Por outro lado, o fechamento do espaço aéreo às aeronaves russas afetará pesadamente as empresas europeias e norte-americanas, em razão da Rússia ter feito o mesmo em relação a 36 países, o que tornará caríssimas as passagens de ida para ou vinda do extremo oriente, em viagens de mais de um dia de duração. A desconexão da SWIFT, por sua vez, terá pouco significado, tendo em vista que Moscou criou em 2014 o seu substituto doméstico – o *System for Transfer of Financial Messages (SPFS)* –, que hoje conecta 400 instituições financeiras do país. Com um tráfego de 13 milhões de mensagens em 2020 e tarifas reduzidas, o sistema, contudo, está limitado, pois o tamanho máximo das mensagens é de 20 kilobytes, mas está conectado ao chinês – o *Cross-Border Interbank Payment System (CIPS)* –, o qual não está sujeito a sanções. Mais do que tudo, alguns bancos russos não foram desconectados, de modo a não impedir o pagamento das

importações de gás e petróleo, entre outras. No caso dos cartões de débito/crédito, “[v]ários bancos russos [...] planejam emitir cartões ligando os sistemas *MIR* da Rússia e *UnionPay* da China para permitir pagamentos internacionais e saques de dinheiro no exterior”. O *UnionPay* é aceito em 180 países e o *MIR* por dez, inclusive a Tuquia (SPUTNIK INTERNATIONAL, 09/03/2022).

Quanto aos produtos eletrônicos, é preciso salientar que a defasagem russa é clara

na produção de produtos civis, enquanto na produção de produtos militares a Rússia tem paridade com os países desenvolvidos. Além disso, em algumas áreas (por exemplo, tecnologias eletrônicas de micro-ondas, tecnologias de virtualização em telecomunicações e transmissão de dados de alta velocidade com base em tecnologias DWDM, etc.) é líder (SOLOMENNKOVA *et alii*, 2020, p. 1848).

A defasagem é particularmente aguda em software e dispositivos portáteis, mas certamente que os fornecedores chineses, como *Huawei*, *Tencent*, *Changhong Electronics*, *Skyworth Group*, *Meling* e *Xiaomi*, entre outros, expandirão suas vendas para a Rússia, que, contudo, experimentará carência de microchips, devido à impossibilidade de importar esse componente dos países que impuseram sanções, muito menos máquinas de litografia, cujos fornecedores estão proibidos de exportar para o país. Todavia, a China – também sancionada – já produz esse equipamento há alguns meses, embora as máquinas chinesas sejam capazes de produzir chips de 28 nm, em lugar das de 5 nm produzidas na Holanda.⁶ O microchip chinês, que atende bem as necessidades básicas, deverá se exportado para a Rússia, em razão da aliança estratégica com esse país, enquanto o mesmo não cria a sua própria indústria de máquinas litográficas e possa produzir os seus próprios microchips. Aliás, a mesma China e a Índia certamente fornecerão muitos dos bens de consumo atualmente importados pela Rússia, como no caso de automóveis, ônibus, etc. – somente em 2021, a China exportou 122.800 veículos para o país – e, no caso da Índia, a *TATA* e a *Mahindra* também poderão atender ao mercado russo. A indústria russa de aeronaves civis poderá ser uma grande beneficiária, devido ao drástico corte das importações, abrindo espaço particularmente para o *Irkut MC-21*, cujo componente importado foi drasticamente depois das sanções impostas em 2014. Isto sem falar no transporte de passageiros para o Extremo Oriente a partir da Turquia, que não fechou seu espaço aéreo.

No que diz respeito à suspensão de investimentos e da operação de multinacionais na Rússia, a mesma abre enorme espaço para empresas russas e mesmo da China, ao mesmo tempo em que reduz as importações de bens de consumo do país, favorecendo o processo de substituição de importações em curso. Além disso, de acordo com o primeiro-ministro Mikhail Mishustin, o Kremlin está bloqueando a venda de ativos por investidores estrangeiros que estão abandonando o

⁶ Veja-se <https://www.youtube.com/watch?v=-fRRsTMdnmA>; acesso em 20/01/22.

país. Paralelamente, a *Rosneft* e outras empresas, estão levantando capital na China e da Índia, que já são investidores minoritários em vários projetos, o que representa uma excelente oportunidade para os negócios russos. Isso sem considerar a possibilidade de completa nacionalização das empresas que anunciaram o fechamento de suas plantas ou a retirada do país, proposta, aliás, apresentada à Duma pelo Secretário do Conselho do Partido da Rússia Unida, Andrei Turchak. Aliás, no dia 10 de março, o presidente Putin determinou que as empresas estrangeiras que fechassem suas portas fossem para aqueles que “querem trabalhar”. Também o governo russo alocou recursos do Fundo Nacional de Bem Estar para adquirir ativos desvalorizados das companhias estrangeiras.

Pode ser que o criminoso sequestro das reservas cambiais russas, que eram de US\$ 630,2 bilhões em fins de janeiro, ferindo o princípio das *sovereign immunities*, terá impactos negativos sobre a capacidade da Rússia de honrar seus pagamentos ao nível internacional, o que dependerá, é certo, de inúmeros fatores, inclusive do montante de reservas em bancos dos países “inimigos”. Compostas por US\$ 95,7 bilhões em depósitos em bancos centrais estrangeiros, no BIS e no FMI, US\$ 57,3 bilhões em aplicações em instituições financeiras de outros países e US\$ 132,2 em ouro (quase 2.300 toneladas), além de outros ativos. Isto significa que provavelmente, o sequestro possa ter abrangido cerca de US\$ 150 bilhões, embora um montante muito maior, chegando a US\$ 300 bilhões, tenha sido mencionado na imprensa. Mesmo nesta hipótese, mais de US\$ 300 bilhões estariam à disposição da Rússia, que, por sinal, tem tido expressivos saldos em conta corrente e praticamente não possui dívida externa, o que torna completamente ineficaz a proibição de se negociar títulos públicos do país. Aliás, o governo russo tomou medidas para reduzir a perda de divisas, proibindo a remessa de mais do que US\$ 10.000 para o exterior, o depósito de parte dos dividendos das corporações em contas no exterior, tornaram obrigatória a venda de 80% das receitas em divisas das companhias ao BCR. Coisa inteiramente diferente é a desconexão do BCR dos bancos centrais do países do *Collective West*, pois essa medida retira grande parte do poder da Rússia de defender a sua moeda, evitando a sua desvalorização violenta e a sua flutuação. E, efetivamente, o rublo caiu 38,8% entre 23 de fevereiro e 11 de março, período em que o preço do ouro saltou de US\$ 1.907,43 para US\$ 1.977,70 por onça, significando uma desvalorização efetiva do dólar de 3,6%. A partir de 7 de março, contudo, o rublo se valorizou – o que sugere que o BCR tenha conseguido evitar o *débâcle* da moeda russa e/ou o mercado tenha precificado os resultados das sanções –, o que ao certo não evitou as fortes oscilações do rublo. A relativa estabilização do ouro também pode ter sido provocada pela decisão de Moscou de tornar a moeda russa conversível em ouro, votada pela Duma no dia 4 de março, assim como pelo pagamento de US\$ 1,3 bilhão da dívida externa por parte de Gazprom no dia 10 de março.

Finalmente, o fechamento do espaço mediático para qualquer meio de comunicação conectado à Rússia – ato ilegal e contrário aos princípios democráticos –, além da caça às bruxas

em curso, com a ressuscitação do Macarthismo, embora tenha reduzido drasticamente o acesso do público à informação, propiciou que a Rússia tomasse medidas retaliatórias, aprovando lei que proíbe a utilização de linguagem que implique que o país esteja adotando uma postura agressiva na Ucrânia, bloqueando o *Facebook*, *Instagram* e outras redes sociais que incentivam a violência contra os russos, assim como os websites de liberais e organizações conectadas ao *Collective West*, para não falar na repressão às ONGS catalogadas como agentes externos. Aliás, várias redes de notícias liberais e/ou vinculadas ao Ocidente decidiram fechar suas portas no país.

7. Quos Jupiter Vult Perdere Dementat Prius

Parece inequívoco que a “invasão” da Ucrânia – momento decisivo da guerra hegemônica em curso – pôs fim ao mundo unipolar e ao agressivo avanço da OTAN em direção à Eurásia – o pivô geográfico da história segundo Halford John Mackinder (1994) –, agora sob o firme domínio da Aliança Moscou-Pequim, tornando claro, de mais a mais, o retorno da Rússia como superpotência global, detentora de “uma vantagem tecnológica militar avassaladora em mísseis de cruzeiro e aerobalísticos” (MARTYANOV, 2018, p.221), para não falar nos instrumentos de guerra eletrônica. Como se não bastasse, também a Guerra da Ucrânia aprofunda o declínio da hegemonia americana, discutida por vários autores, como Dilek (2010), Hedges (2018), Gontijo (2019) e Grinin e Korotayev (2020), não apenas porque torna o mundo bipolar – o que, de per se, significa a liquidação da mesma em termos geopolíticos –, mas em razão dos seus efeitos negativos sobre a economia do Bloco do Poder e, pior do que tudo, sobre o pilar central desse poder – o petrodólar.

De saída, se é verdade que os efeitos das sanções atuais sobre a economia russa possam resultar em uma recessão mais profunda do que a de 2014-2015, o aumento dos preços do petróleo, do gás, dos grãos e de outras *commodities* favorecerão o país, não obstante a esperada queda das exportações de petróleo e gás, que será pequena em razão da ausência de fornecedores substitutos para a Europa e mesmo para os EUA. Particularmente dependentes são os países do Sul e Leste, como Letônia, Lituânia, Bulgária, Grécia, Áustria, Eslováquia, Suécia, Finlândia, Hungria e Polônia, que importam de 65% a 100% do total consumido de gás e petróleo. Também a Alemanha e a Itália são muito dependentes, pois o primeiro adquire 49% do gás e 32% do petróleo da Rússia, enquanto o segundo 46% e 23% respectivamente. Devido ao esgotamento da capacidade produtiva dos países da OPEC e da Noruega, assim parece difícil substituir o petróleo russo, a menos que se acelere a suspensão das sanções contra o Irã – país aliado de Moscou. Já a substituição das importações de carvão russo (47%) por norte-americano, australiano ou da Indonésia parece mais fácil, embora importe em maiores custos de transporte, até porque o produto chega da Rússia por ferrovias diretamente às empresas consumidoras, evitando os custos de embarque, traslado por via marítima e desembarque. Já a substituição das importações de gás é praticamente impossível mesmo no

médio prazo, dada a incapacidade da Noruega (16%) e da Argélia (8%) de fornecerem quantidades adicionais do produto, enquanto que a importação de *shale* gás dos EUA exigiria investimentos excessivos, para não falar nos custos do produto, que inviabilizariam grande parte das empresas industriais europeias, principalmente da Alemanha. Carece de base, pois, a bravata do vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, que anunciou que em um ano o bloco substituiria dois terços do gás importado da Rússia. Por outro lado, até que a Venezuela consiga aumentar a sua produção, o caso dos Estados Unidos não parece muito diferente, pois não há outro substituto para o petróleo pesado da Rússia – que representam apenas 6% do total das exportações desse país – e as destilarias norte americanas não processam petróleo de menor densidade, de forma que os EUA terão de importar todos os derivados de que necessite num cenário de crise de abastecimento e elevação dos preços, caso queira suavizar o quadro de desaceleração do crescimento econômico. Do lado da Rússia, é bom ressaltar que, mesmo um corte expressivo na quantidade exportada de petróleo para os países do *Collective West* não deverá causar qualquer redução do valor dessas exportações, devido ao aumento espetacular do preço do produto, não tendo o mesmo maior impacto, por conseguinte, nas finanças públicas do país, até porque, segundo consta, o “preço de corte” do produto para o equilíbrio orçamentário russo é de somente de US\$ 69 por barril.

O pior é que a Rússia, embora certamente não vá dar um tiro no próprio pé, cortando suas exportações de energia e grãos, pode muito bem reduzir ou proibir a venda para os países ocidentais de insumos importantes, como paládio, platina, potássio, vanádio, níquel, cobalto, alumínio, titânio, urânio e terras raras, o que, se teria efeitos reduzidos em suas receitas de exportação, traria consequências desastrosas para esses países. Registre-se que 46% do urânio consumido pelas 56 usinas nucleares norte americanas é importado da Rússia e de seus aliados, o Cazaquistão e o Uzbequistão, e a energia gerada através do urânio importado desses países representa cerca de 10% da eletricidade gerada nos EUA.

Por outro lado, as sanções anunciadas pelo Bloco do Poder ampliaram em muito as ondas de choque que se fizeram sentir já no segundo semestre do ano passado, com a elevação dos preços das *commodities*, aceleração inflacionária e queda das bolsas de valores mundo afora. Se o preço da gasolina nos Estados Unidos bate recordes, causando expressiva redução do poder aquisitivo das famílias e alimentando a inflação que já vinha se acelerando, o mesmo ocorre na Europa devido ao aumento dos preços da energia em geral, atingindo pesadamente as famílias e empresas, com o dramático incremento dos custos de produção, como nos casos do aço e dos produtos químicos, e dos preços dos alimentos. Neste contexto, parece difícil evitar o mergulho na estagflação, principalmente no caso dos países europeus, que partilharão, assim, talvez de forma ainda mais forte, das agruras da economia russa. Aliás, a própria Liz Truss, Secretária de Relações Exteriores da Grã Bretanha, reconheceu em entrevista para a BBC em 27 de fevereiro que "lutar pela

liberdade" na Ucrânia "tem um custo muito alto para nós", assinalando que "[o]s horrendos aumentos do preço da energia não serão vistos como um preço que valha a pena pagar por ninguém. E as próprias finanças do governo pós COVID não podem fazer muito para ajudar".

Como se não bastasse, os últimos acontecimentos deverão acelerar dramaticamente as transformações do sistema monetário internacional, assentando adicionalmente um duro golpe dólar. Para começar, o sistema integrado do SPFS russo e o CIPS chinês poderá em breve ser oferecida a dezenas de nações da Eurásia e do Sul Global, inclusive aos países sob sanções norte-americanas. Além disso, deverá ocorrer a rápida inclusão de vários países ao sistema de compensações de pagamentos em moeda nacional estabelecido pelo BRICS, assim como a expansão do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. A fuga do dólar, que já se verificava em fins do ano passado, devido à aceleração inflacionária, pode repetir o desastre da década de 1970, quando o mesmo quase perdeu o seu status de moeda de reserva, na esteira da elevação do preço do ouro, tendência que se acelerou a partir da crise da Ucrânia, tendo saltado de US\$1.791,91 no dia 27 de janeiro para US\$ 1.988,50 a onça *troy* no dia 12 de março. Enquanto o rublo já se tornou conversível em ouro – proposta há muito acalentada em Moscou –, num contexto em que a moeda chinesa também o é, devido à existência de um mercado livre do metal no país, muito provavelmente haverá uma forte migração para ativos chineses, com a consequente expansão da esfera do Yuan, que, aliás, também se tornou digital. Tendências, portanto, que se afirmavam lentamente, como a desdolarização, o avanço da moeda chinesa e da nova arquitetura financeira internacional, desconectada do *Collective West*, devem se acelerar a partir de agora.

Para terminar, se, na falta de outra alternativa, Moscou mordeu com dentes de aço a isca inevitável lançada por Washington, que conseguiu, destarte, relançar a cortina de ferro, desconectando tanto quanto possível a Rússia dos países do *Bloco de Poder*, o reverso também parece verdadeiro. Isto porque, conforme salientado na seção anterior, as sanções ampliaram a decisão russa de avançar na nacionalização da sua economia e dismantelar parte do modelo neoliberal que tem inibido o seu desenvolvimento. Concretamente, Moscou implementou várias das medidas sugeridas por Sergei Glaziev, em seu famoso texto “Sanções e soberania”, publicado em 25 de fevereiro, destinadas a pôr termo às políticas neoliberais que ainda persistem no país, inclusive o fim da independência do Banco Central, que teria sido o principal responsável pela anemia da economia russa desde que Putin assumiu o poder.

Em suma, ainda que os efeitos das sanções sobre a economia russa possam ser severas no curto prazo, as mesmas parecem ser desastrosas para as economias do Bloco do Poder, principalmente para os países Europeus, particularmente a Alemanha. No médio prazo, a Rússia, agora reconhecida como superpotência, deverá sair muito fortalecida, assim como o Bloco Euroasiático emergente, consolidando definitivamente a fratura do Império Americano, cujos dias parecem contados.

Referências

- DO AMARAL, Thiago Periard; e GONTIJO, Cláudio “Uma leitura crítica da crise econômica mundial: da recuperação em ‘V’ ao ‘Novo Normal’”. Textos para Discussão DCECO, vol. 1, dez. 2016.
- ARRIGHI, Giovanni (1994). *The Long Twentieth Century. Money, Power and the Origins of Our Time*. London: Verso Books, 2009.
- ANTONIADES, Andreas. “Hegemonic war”. In: DOWDING, Keith. *Encyclopedia of Power*. Los Angeles: Sage Publications, 2011, p. 312-5.
- BEDRITSKIY, Alexander; KOCHETKOV, Alexey; e BYSHOK, Stanislav. *Ukraine after Euromaidan: Democracy under Fire*. Scotts Valley: CreateSpace, 2015.
- BYSHOK, Stanislav; e KOCHETKOV, Alexey. *Neonazis & Euromaidan. From democracy to dictatorship*. Scotts Valley: CreateSpace, 2014.
- DILEK, Oğuz “The decline of American hegemony, financial paralysis and the ascent of China: the political economy of the present economic debacle”. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, vol. 12, n. 2, p. 155-171, 2010.
- DOBBINS, James; COHEN, Raphael S.; CHANDLER, Nathan; FREDERICK, Bryan; GEIST, Edward; DeLUCA, Paul; MORGAN, Forrest E.; SHATZ, Howard J.; WILLIAMS, Brent. *Extending Russia Competing from Advantageous Ground*. Santa Monica: RAND, 2019.
- FINDER, Gabriel N.; e PRUSIN, Alexander V. “Collaboration in Eastern Galicia: The Ukrainian police and the Holocaust”. *East European Jewish Affairs*, vol. 34, n. 2, p. 95-118, Aug. 2006.
- GLAZIEV, Sergei. *Sanctions and sovereignty*. Moscou, 25 de fev. de 2022. Disponível em <https://expert.ru/2022/02/25/sanktsii-i-suverenitet-column/>; acesso em 12/03/2022.
- GONTIJO, Cláudio. *A Nova Crise da Hegemonia Americana*. Curitiba: Apris, 2019.
- GRININ, Leonid; e KOROTAYE, Andrey: “Seven Weaknesses of the U.S., Donald Trump, and the Future of American Hegemony”, *World Futures*, vol. 77, n. 1, p. 23-54, 2020.
- GROS, Daniel; Di SALVO, Mattia. “Sanctions on Russia”. *CEPS Commentary*, p. 1-5, 13 July 2017.
- HEDGES, Chris. *America. The Farewell Tour*. New York: Simon & Schuster, 2018.
- KINDLEBERGER, Charles P. *The World in Depression*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov (1917). *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
- MACKINDER, Halford John. "The geographical pivot of history". *The Geographical Journal*, vol. 23, n.4, p. 421-37, April 1904.

- MADAJCZYK, Piotr; MOTYKA, Grzegorz; JARZĄBEK, Wanda; ZAJĄCZKOWSKI, Mariusz; STRYJEK, Tomasz; e SZYMONICZEK, Joanna. *Social Engineering in Central and South-East Europe in the Twentieth Century Reconsidered*. Warsaw: Institute of Political Studies Polish Academy of Sciences, 2017.
- MARTYANOV, Andrei. *Losing Military Supremacy. The Myopia Of American Strategic Planning*. Atlanta: Clarity Press, 2018.
- MEARSHEIMER, John J. *The Great Delusion. Liberal Dreams And International Realities*. New Haven: Yale University Press, 2018.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2017). *The World Disorder. US Hegemony, Proxy Wars, Terrorism and Humanitarian Catastrophes*. Cham (Switzerland): Springer, 2019.
- _____. (2013). *The Second Cold War. Geopolitics and the Strategic Dimensions of the USA*. Cham (Switzerland): Springer, 2017.
- NYE JR, Joseph S. (2004). *Soft Power. The Means To Success In World Politics* . New York: PublicAffairs, 2005.
- PAUTASSO, Diego; e JUBRAN, Bruno Mariotto. “A ‘virada para o Leste’ na política externa russa e a intensificação da cooperação energética sino-russa”. *Relações Internacionais*, vol. 61, p. 77-93, mar. 2019.
- RAPKIN, David P. “The Contested Concept of Hegemonic Leadership,” in D.P. RAPKIN, ed., *World Leadership and Hegemony*. Boulder: Lynne Reiner, 1990, pp. 1–19.
- REUVENY, Rafael; e PRAKAS, Assem. “The Afghanistan war and the breakdown of the Soviet Union”. *Review of International Studies*, vol. 25, p. 693-708, 1999.
- ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. “The fascist kernel of Ukrainian genocidal nationalism”. *The Carl Beck Papers in Russian and East European Studies*, vol, 2402, jun. 2015.
- _____. *Stepan Bandera. The Life and Afterlife of a Ukrainian Nationalist*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014.
- SHAIKH, A. M. e TONAK, E. A. *Measuring the Wealth of Nations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- SMITH, Martin A. *Power in the Changing Global Order. The US, Russia and China*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- SOLOMENNKOVA, Elena A.; LUGACHEVA, Larisa I.; e MUSATOVA, Maria M. *Journal of Siberian Federal University. Humanities & Social Sciences*, vol. 13, n. 11, p. 1840–1852, 2020.